

ATA DA OCTOGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-9-2019.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mendes Ribeiro, Mônica Leal e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Substitutivo n^o 01, de autoria de Márcio Bins Ely, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 222/16 (Processo n^o 2220/16); o Projeto de Lei Complementar do Legislativo n^o 019/19 e os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 142 e 170/19 (Processos n^{os} 0313, 0309 e 0371/19, respectivamente), de autoria de Moisés Barboza. Também, foi apregoado o Ofício n^o 849/19, do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar do Executivo n^o 005/18 (Processo n^o 0721/18). Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias quatro e cinco de setembro do corrente. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Ana Cristina Medeiros de Lima e a Ana Regina Medeiros de Lima, do Instituto Centro de Educação Ambiental Marli Medeiros, que se pronunciaram acerca de desapropriação de área na Vila Mato Sampaio. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Airto Ferronato, Valter Nagelstein, Eng^o Comassetto, Cláudio Janta e Marcelo Sgarbossa. Também, nos termos do artigo 206 do Regimento, Valter Nagelstein, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Cláudio Janta, Idenir Cecchim e Roberto Robaina manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte minutos às quinze horas e vinte e um minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso da Semana da Pátria, nos termos do Requerimento n^o 093/19 (Processo n^o 0353/19), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Mônica Leal e Cassiá Carpes, presidindo os trabalhos; Raimundo Nogueira Lopes Neto, Comandante da Ala 3; Raul Rodrigues Oliveira, do Comando Militar do Sul; Alexandre Rodrigues Heredia, da Capitania Fluvial de Porto Alegre; Elenor Lineu de Melo Fernandes, do Comando da Brigada Militar; Marco Danguini Pinheiro, da Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul; Rafão Oliveira, Secretário Municipal de Segurança. Foi executado o Hino Nacional pela Fanfara do 3^o Regimento de Cavalaria de Guarda. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal, em nome

da Mesa Diretora. Após, a Presidente concedeu a palavra a Marco Danguí Pinheiro, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Foram executados os Hinos Rio-Grandense e da Proclamação da República pela Fanfarrá do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e sete minutos às dezesseis horas e onze minutos. Em prosseguimento, foi iniciado período destinado ao tema específico “relato do trabalho realizado pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre e solicitação de apoio para preservá-la”. Compuseram a Mesa: Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Jaqueline Junker Fuques, Everson Pereira da Silva e Luana Gonçalves da Silva, respectivamente Diretora, professor e aluna da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. A seguir, Everson Pereira da Silva e Luana Gonçalves da Silva pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Prof. Alex Fraga. Em continuidade, a Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Everson Pereira da Silva. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e oito minutos às dezesseis horas e trinta e nove minutos. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 016/19. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 109/19; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 173/19 e o Projeto de Resolução nº 033/19. Durante a sessão, Aírto Ferronato e Cláudio Janta manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e quarenta minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mendes Ribeiro, Mônica Leal e Cassiá Carpes e secretariados por Mendes Ribeiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alvoni Medina solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 4 a 5 de setembro de 2019.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto Centro de Educação Ambiental Marli Medeiros, que tratará de assunto relativo à desapropriação de área na Vila Mato Sampaio. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores.

A Sra. Ana Cristina Medeiros de Lima e a Sra. Ana Regina Medeiros de Lima estão com a palavra.

SRA. ANA CRISTINA MEDEIROS DE LIMA: Boa tarde moradores da Vila Mato Sampaio, muito bem-vindos à Casa do Povo. Meu nome é Cris Medeiros, sou moradora da região, conselheira tutelar, e venho aqui tentar sensibilizar vereadores e pessoas presentes para apoiarem a luta de 80 famílias que correm o risco de sofrer despejo, no dia 10 de setembro, por uma ordem arbitrária, desumana e por um processo

ilegal, em que já foi constatado que houve má-fé por parte do Município. Há 10 anos, o bairro Bom Jesus vem sendo cercado por condomínios de alto padrão, o território até então discriminado, apontado pela alta sociedade que bairro de periferia, agora está sendo invadido por grandes empreendimentos imobiliários, condomínios de luxo que contrastam com a dura realidade de moradia que a população enfrenta por ali. A Vila Mato Sampaio é uma comunidade consolidada, localizada no bairro Bom Jesus. Os primeiros moradores vieram para aquela região ainda na década de 1960, muitas famílias ali se constituíram. Com a luta dos moradores, a comunidade conquistou saneamento básico, escolas, postos de saúde e transporte público. Agora, condomínios estão vindo para região sem respeitar a história, nem o lugar de moradia dessas pessoas. Desde abril, algumas famílias começaram a receber notificação de despejo e não sabemos bem por que esses moradores vão ter que sair dali, segundo ordem do Judiciário e desejo da Prefeitura. Os técnicos da Prefeitura vieram fazer medições, foram e voltaram. Dia 26 de agosto, a Procuradoria do Município, o DEMHAB, a Brigada Militar, os Bombeiros, a Defensoria Pública do Estado e representantes do empreendimento que quer despejar as famílias do seu território comunicou aos moradores, durante reunião no CRIP Leste, como iriam retirar essas famílias dali. Disseram que vão tirar as famílias porque a área agora será uma praça do condomínio Rossi, que essa praça é uma contrapartida do condomínio para a comunidade. Que contrapartida é essa que, sem dialogar com os moradores, decide por eles, e, pior, despeja os moradores de suas casas sem direito a nada? Por que não pensaram numa contrapartida que beneficie a comunidade? Temos inúmeras demandas que não estão sendo garantidas pela Prefeitura: precisamos de abertura de novas vagas em creches, abertura de novas escolas de educação infantil, abertura de vagas em escolas de educação fundamental, consultas com médicos especialistas, atendimento na área da saúde mental e uma linha de ônibus nessa área baixa do bairro Bom Jesus, enfim, a comunidade necessita de muitas melhorias. Somos 80 famílias com suas vidas organizadas na comunidade, com suas relações familiares e afetivas na comunidade, porque temos que sair para dar lugar a uma praça para o condomínio dos ricos que chegaram depois de nós. O Município agiu de má-fé, colocando o Judiciário em erro, pois os moradores já eram conhecidos em processo judicial anterior no qual eles foram beneficiados, processo esse em que o Judiciário garantiu a permanência dos moradores das suas casas. A Prefeitura então ingressou com uma liminar que agora está prejudicando os moradores. O processo judicial do Município para reintegração de posse é nulo, quando houve a doação da área já havia pessoas morando nela.

A região não precisa de mais uma praça ao lado. Viemos pedir aluguel social, como alguns representantes da Prefeitura já tem indicado, porque o aluguel social não contempla os moradores, o aluguel social não funciona. Viemos até a Câmara, estamos contando com o apoio da Comissão da Habitação, da Comissão do Meio Ambiente, os vereadores já assinaram um documento pedindo a suspensão desta ordem de despejo. Viemos pedir para que o Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, num ato minimamente humano, venha suspender esta ordem de despejo e venha realizar um

plano de habitação que contemple a moradia digna dessas 80 famílias. Povo fica; somos todos bonja!

(Não revisado pela oradora.)

SRA. ANA REGINA MEDEIROS DE LIMA: Boa tarde comunidade da Bom Jesus; boa tarde a todos os vereadores, principalmente aqueles que eu tenho uma relação pessoal, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell que é minha identificação sempre; o Ver. Valter Nagelstein, Ver. Cassiá Carpes. Trabalhei por 4 anos aqui nesta Casa, sei muito bem como ela funciona e acredito, sim, gente, não perco minhas esperanças ainda naqueles que receberam os votos do povo. Muitos daqui tiveram significância dentro da Bom Jesus, receberam bastante votos e eu acho que agora é a hora de honrar esses votos que vocês receberam lá. A Bom Jesus, hoje, está ameaçada pela especulação imobiliária, não só a parte de baixo que está sendo ameaçada, somos todos nós, porque existe uma grande de marcação de retirada de rua, de metros de casas pela especulação imobiliária.

Então a única coisa que eu venho aqui hoje dizer: Mauro, que bom que tu estás aqui, representante do governo, líder da bancada do prefeito, porque tu já estiveste do nosso lado, tu já foste uma resistência junto conosco e hoje nós precisamos que tu ainda reencontres isso em ti, Mauro. Tu precisas defender a comunidade da Bom Jesus, eu fiz campanha para ti lá dentro, então hoje eu estou aqui, Mauro, para te cobrar os votos que tu recebeste da Bom Jesus. Hoje, o mínimo que tu tens a fazer é nos representar perante o prefeito, já que tu és o único que ele recebe. E digo aqui, posso dizer que é a palavra da comunidade, em 2020, gente, tem eleição e nós vamos saber quem vai poder e quem não vai poder entrar na Bom Jesus. Eu estou levando isso para mim, porque, se minha mãe hoje tivesse viva – no ano passado ela foi homenageada por esta Casa como uma grande liderança comunitária –, ela estaria fazendo a mesma coisa. Então, a minha irmã fala mais bonitinho; eu já sou de chutar o balde. Dois mil e vinte está chegando, e nós vamos fechar as portas. Essa é uma campanha que eu vou liderar dentro da Bom Jesus. Acordem! A gente está precisando de ajuda. O Marchezan está vendendo os pobres para os ricos, e nós vamos resistir. Dia 10 a Brigada Militar já avisou na reunião lá no CRIP que vão entrar e vão tirar o que... Eles avisaram as pessoas: tirem o que vocês puderem, porque o que tiver lá dentro, se estiver na hora da desocupação, nós vamos derrubar tudo – assim foi a fala do 11º Batalhão. Isso está em vídeo no Facebook; quem quiser pode acessar. A Bom Jesus está sendo ameaçada, a Bom Jesus está sendo massacrada. Não podemos nós, 99% da população trabalhadora, pagarmos por uma má fama. Então a única coisa que eu peço hoje aqui a todos os vereadores é que nos ajudem, nos representem. E continuo dizendo: Mauro, não quero me desapontar contigo, serei uma pedra no seu sapato. Tu és o líder do governo aqui, tu podes ter certeza, já te mandei mensagem pelo Messenger, já te procurei em vários lugares – que bom que tu apareceste. Precisamos da tua ajuda, precisamos que tu retomes a tua raiz, que não é onde tu estás, a tua raiz é o pé no barro, porque quando tu precisaste dos votos, eu estive lá para te representar; agora estou te cobrando. É isso aí,

Bom Jesus, resiste! Dia 10, vai ter resistência, e não vamos desocupar a nossa área, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, nossas amigas Cris Medeiros e Ana Regina, sou vereador há 30 anos. Quando se trata de moradia popular para o cidadão de Porto Alegre, nunca me manifestei, nem vou manifestar sobre ter votos ou não. Isso é outra questão e até para registrar: lá na Bom Jesus, na região, acho que eu tenho dois ou três votos. Não é o caso. O caso é que nós já participamos de diversas reuniões para tratar do tema. Quem em Porto Alegre não conhece ou ouviu falar da Vila Mato Sampaio? Todos nós, todo cidadão de Porto Alegre. Uma região consolidada há 60 anos, onde se constrói prédios de bom nível, alto padrão, e se pega moradores lá, tipo saco de batata, dizendo: “Agora vocês saem, porque aqui nós vamos fazer algumas coisas, o que vai ser não importa”. Uma das coisas que se propõe fazer ali é uma praça. A região não precisa de praça, eu moro ali no Morro Santana e morei na Vila Jardim, não precisamos de praça. Ali não é possível que se faça uma negociação sem conversar com a comunidade. “Agora vocês saem, que nós vamos botar um equipamento público que não precisa”. E outra, eu disse, hoje de manhã, presidindo a comissão: é muito fácil para as grandes construtoras produzir, construir praça com terreno público que é nosso, é muito fácil. Primeiro equívoco: não se conversou com a comunidade. Segunda questão: nós, na reunião que participamos - e participei de duas e presidi uma hoje -, tivemos e tomamos algumas posições. E quero registrar que a ideia foi do Ver. Valter Nagelstein - tem que dizer -, nós encaminhamos um projeto de lei, que não é meu, não é da comissão, é da Câmara. Desafeta a área, tiramos a condição de praça e transformamos isso numa AEIS, uma área de interesse social. Para isso, Ver. Bosco, a Câmara se mobilizou cem por cento, todos os vereadores votaram contra a ideia de fazer rua no meio do Clube do Professor Gaúcho, votei favorável e votaria sempre. Se nós votamos para não dividir o Clube do Professor Gaúcho em áreas, todos nós vamos votar por favorável, precisamos votar favorável - este é o meu apelo - e transformar aquela área numa área de interesse social. E tenho certeza de que o amigo prefeito vai apoiar a ideia. Transformamos numa área de interesse social e votemos isso até segunda ou, no máximo, quarta-feira, para que se dê argumentos ao próprio judiciário no sentido de que aquilo não é mais área de praça, é uma área para moradias, assegurando a presença de todos vocês no local. Repito: moradia popular - e tem muita criança, hoje de manhã tinha bastante bebês aí -, principalmente para nossa criançada de Porto Alegre, para mim é sagrado, eu estou junto em qualquer situação. E vamos lutar, porque, se fosse algo plausível, que tivesse argumentos razoáveis, talvez estivéssemos falando de outra maneira. Agora, não tem

por que dar um pontapé nos moradores do Mato Sampaio e lá fazer uma praça para quê e para quem?

Minha querida Presidente Mônica, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vamos fazer um esforço concentrado e, na segunda-feira, Ver. Adeli, votamos o projeto que está assinado por alguns vereadores que estavam na comissão, mas é um projeto que todos devem assinar, porque é da cidade de Porto Alegre, da Câmara. Aquele abraço, obrigado. Estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicação de Líder e prossegue com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Agradeço ao Ver. Cecchim, cumprimento a Ver.^a Lourdes, a bancada do meu partido, senhoras e senhores; em primeiro lugar, eu quero saudar a comunidade que vem do Mato Sampaio, mais uma vez sejam bem-vindos. Quero, ao mesmo tempo, saudar a presença aqui da nossa Força Aérea Brasileira e saudar a presença do Exército Brasileiro, do nosso verde-oliva, ambas instituições de orgulho para todos nós, e todos aqueles que são veteranos das missões brasileiras. Estamos entrando na Semana da Pátria, logo em seguida, teremos o período de Comunicações – Brasil acima de tudo.

Por falar em Brasil, o Brasil que eu quero não é o Brasil que alguns fazem, dividindo ricos e pobres, com conflito de classes. O Brasil que eu desejo é um país que possa integrar desenvolvimento social com desenvolvimento econômico. E é exatamente disso que nós estamos tratando aqui. Eu quero dizer que nós fomos surpreendidos por uma mobilização desse povo que aqui está, que está sendo despejado de um local que eles estão há 20, 30, 40 anos. Diante disso e me inteirando dessa questão, no âmbito da nossa Comissão de Transporte, Urbanismo e Habitação, eu pedi uma reunião extraordinária para convocar várias instâncias do Município que poderiam ter soluções, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, para essa questão. Para mim isso denota, mais do que qualquer outra coisa, a desestruturação do planejamento urbano do Município de Porto Alegre, o que eu falo há muito tempo. E é inadmissível que, numa cidade com 1,5 milhão de habitantes, nós não tenhamos planejamento urbano, ou que o desenvolvimento urbano tenha como substrato, como consequência a expulsão das pessoas mais pobres daqueles locais que vão se qualificando, o que a arquitetura chama de gentrificação. Isso não é aceitável. Onde esse povo está, há 10 anos, começou a se desenvolver o Parque Rossi, passando a PUC, ali à esquerda, na Av. Ipiranga. São prédios grandes para pessoas de alta renda, ótimo. Eu, particularmente, defendo isso, só que nessa estruturação tem instâncias no Município, tem uma em especial que se chama Cauge, que existe para pensar como fazer o planejamento urbano e como integrar as pessoas de baixa renda dentro desse processo. As pessoas poderiam trabalhar na obra, durante a obra, e depois da obra, nos empregos que nascem nesses novos bairros

planejados, entre aspas, porque eles acabam sendo planejados só pelas construtoras, mas não são planejados pelo Município. Então tem várias ferramentas, como o solo criado, por exemplo, pois a venda desse índice do solo criado poderia gerar habitação popular para essas pessoas. Mas é mais fácil para o Município, numa cidade que já tem 700 praças, pedir mais uma praça do que fazer 50 casas populares. Isso é uma questão de comodismo e de falta de planejamento de uma cidade que não pode crescer simplesmente expulsando as pessoas mais pobres para fora. E, de novo, está falando alguém que é conhecido como alguém que está comprometido com o desenvolvimento, com a liberdade econômica, mas eu não trabalho o tema da liberdade econômica descolado do tema da justiça social.

Hoje nós estávamos na reunião, eu saí, fiz uma petição. Eu quero pedir a assinatura dos senhores vereadores – já acordamos isso, mas o plenário é para dividir com todos essa petição, que vai ser distribuída ao presidente do Tribunal de Justiça, ao mesmo tempo em que faço o pedido ao líder do governo de que o prefeito crie um grupo de trabalho e retire o pedido da reintegração forçada de posse, senão, nós vamos ser obrigados a estar lá, junto com o povo, no dia em que a polícia militar for fazer, para resistir porque eu considero isso uma violência.

Quero dizer, nesses dois minutos, rapidamente o que que nós estamos dizendo ao presidente do Tribunal de Justiça, Sra. Presidente, (Lê.): “Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento número tal, urgente integração de posse da comunidade Mato Sampaio. Nós abaixo-assinados, vereadores do Município de Porto Alegre, integrantes de diversas comissões temáticas desta casa Legislativa, tendo em vista o iminente ato de reintegração forçada de posse de área integrante da comunidade conhecida como Mato Sampaio, vimos a presença de vossa excelência e, ao fim, requerer o que segue: se antes da questão os vereadores realizaram duas reuniões, uma ordinária e uma extraordinária, na tentativa de tomarem ciência do problema e apresentarem soluções. Na reunião extraordinária, embora tenham sido convidados representantes de diversas áreas da Prefeitura que detém responsabilidades que poderiam ajudar a encaminhar soluções, apenas a PGM – Procuradoria-Geral do Município – compareceu. É evidente a desestruturação administrativa do planejamento municipal, isso fica patente quando se observa que a municipalidade permitiu a edificação de todo um bairro novo, com imóveis de alto valor, mas não pensou na integração das comunidades carentes adjacentes na política de moradia popular, que, por lei, deveria ser financiada pelo solo criado; na estruturação, que deveria vir acompanhada da mitigação pelo impacto do novo bairro; no esgoto; em creches comunitárias; postos de saúde; medidas que facilmente se integrariam e que, aliás, já estão presente na legislação já existente de contrapartidas sociais e medicações. Preferiu a municipalidade a tarefa mais fácil, apenas apontar que a ‘área ocupada’ se destinaria agora à praça, jogando as pessoas à própria sorte. Veja, excelência, sequer o senso social daquela área foi feito pelo órgão competente, o DEMHAB. Quanto a isto, a Lei Federal nº 13.465 de 2017 (Regularização Fundiária) estabelece um marco temporal sobre a ocupação consolidada, em 22 de dezembro de 2016. À medida que o Município nem o senso social fez, presume-se que todos que ali estão são consolidados.

Informamos, por oportuno, que este Poder Legislativo irá promover a tramitação, em regime de urgência, de projeto de lei que trate da desafetação da área e sua destinação para habitação de interesse social. Diante disso, nós, vereadores, estamos requerendo: que a presente seja conhecida e integrada no processo; que seja cancelada a ordem de reintegração forçada de posse; que, ao mesmo tempo, seja determinado ao Município, no âmbito da Cauce, a realização de um projeto de estruturação urbana dessa área, partindo da revisão das mitigações e contrapartidas das construtoras, compreendidos na área denominada Parque Rossi, da seguinte forma: O censo social da comunidade; um projeto que envolva a estruturação viária e a regularização fundiária; um projeto de coleta e organização do lixo no local; a repactuação das contrapartidas das construtoras que estão desenvolvendo os projetos da área conhecida como Rossi Parque e adjacências (que perfazem a mais de R\$ 1 bilhão de VGV - valor geral de venda) - e que receberam as áreas já com infraestrutura pronta, a saber, várias construtoras que estão ali; que mitigações ou a contrapartidas sociais, na forma da lei, contemplem a construção de habitações populares na área conhecida como Mato Sampaio. Porto Alegre, 5 de setembro de 2019.”

Espero que todos os senhores vereadores assinem e espero, ainda, a sensibilidade do governo municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, comunidade do Mato Sampaio, da Bom Jesus, Cris e Maninha, eu tenho a convicção de que o agravo será assinado pelos 36 vereadores. O projeto anunciado será assinado por nós também. Acho que, hoje, nós começamos, Ver.^a Mônica, um bom caminho, pois não ficamos disputando beleza, não ficamos disputando quem tem mais ou menos votos na Bom Jesus, mas todos, irmanados, em defesa da comunidade. Em nome das bancadas do PT e do PSOL, em nome do bloco de oposição, tenho o privilégio de dizer que nós estamos juntos, irmanados. Quero fazer o mesmo apelo que a Maninha fez para o líder do governo, Mauro Pinheiro: o governo pode desistir dessa ação. O governo pode ter essa grandeza, e aí nós aprovamos uma área especial de interesse social, porque é de interesse social. Nós faremos praças onde for possível fazer, inclusive, como eu tenho dito aqui, sistematicamente, vamos manter limpas e arrumadas aquelas que nós temos, como por exemplo, defender o Parque Chico, vi que não estou sozinho, vi, inclusive, o Nedel no Parque Chico Mendes também. Então juntos com a Bom Jesus, o Mato Sampaio, os vereadores todos, se quisermos, esta Câmara mais uma vez dará uma demonstração de que o Legislativo tem vez e voz. Falei em nome do bloco de oposição, do Partido dos Trabalhadores e do PSOL.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Quero também, em nome da bancada do Partido Trabalhadores, saudar as nobres oradoras desta tarde na Tribuna Popular, a Cris Medeiros e a Regina Lima filha, a nossa grande guerreira, Marli, que tem uma história linda e muito especial não só no Mato Sampaio e na Bom Jesus, mas em Porto Alegre. Elas estão aqui hoje para uma causa muito justa, fazendo um apelo, um grito para o prefeito municipal voltar atrás em uma atitude arbitrária, que eu diria até irresponsável, que foi concordar com empreendedoras sem antes conversar com a comunidade. Todos nós sabemos que é lei quando sai um grande empreendimento, tem a compensação, e a compensação não foi discutida com a comunidade para ser uma praça no local onde mais de 80 famílias moram, há mais de 30 anos, mais de 40 anos. Então, sem dúvida nenhuma, creio que o prefeito irá voltar atrás, poderia retirar ação antes do dia 10. Não poderia acontecer tudo isso, mas se não acontecer, não resta alternativa a não ser judicializar. Então tem nosso apoio e com certeza o apoio de toda sociedade porto-alegrense, até porque é inadmissível o governo que não tem um olhar muito próximo para área social, tantos moradores de rua, tanta gente desempregada, e não atua na social como deveria. É uma crítica pontual claro que é claro que é. Então é nesse sentido que nós queremos reforçar o apoio e a luta incessante, estamos juntos, uma boa sorte a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, tenho certeza de que neste momento posso representar o nosso partido, o PP, para dizer, Marli, de que estamos juntos; a causa é de vocês, é da comunidade, entendemos bem aquela região, e vocês chegaram primeiro, tem que ter um tratamento uniforme, de respeito, e é isso que nós queremos oferecer. Inclusive se falou muito aqui no Ver. Mauro. O Mauro tem que ver um assunto que me deixou muito chateado e que eu jamais vi na Assembleia ou aqui nesta Casa: vereador ter que falar com o líder do governo ou com o secretário do prefeito para falar com algum secretário sobre os assuntos da cidade – isso eu nunca tinha visto, Mauro! Então aproveita esse momento para fazer essa harmonia, porque não é dessa forma que se faz política, precisamos de uma política de bom senso. Eu tenho certeza de que muitos vereadores receberam esse comunicado, nesta semana, de que só podemos falar com algum secretário com ordem do secretário do prefeito ou do próprio Mauro. Eu até falei com o Mauro, e ele empurrou para outro secretário. Acho que este é o momento de nós acalmarmos os ânimos aqui na Casa e chegarmos a um consenso de que a Casa tem força e pode, sim, dialogar. O Mauro é uma pessoa que eu conheço há muito tempo, é um cara sensato e vai fazer esse meio de campo que precisamos.

Eu quero dizer que nós estamos a favor de aproveitar essa oportunidade para endireitar muitas coisas que nós aqui no plenário estamos trazendo e que ressurgem contra nós; acho que é o momento de nós, os vereadores, defendermos a cidade. É para isso que nós fomos eleitos, e é nesse sentido que a bancada do PP e este vereador, Cassiá Carpes, se pronunciam. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero me somar aqui, Presidente Mônica Leal, cumprimentando a comunidade, a Cris Medeiros e a Ana Regina, dizer também que nós acompanhamos toda aquela luta da Marli, toda a batalha que foi feita, ainda quando eu era secretário planejamento, com o Engenheiro Cogo, fomos algumas vezes lá dialogar com a comunidade, e nos parece que a partir desses debates – e que bom que vocês conseguiram estar hoje aqui elucidando para alguns outros vereadores e bancadas essa situação e também utilizando a força da imprensa para tornar pública essa temática – fica muito claro aqui qual é a pauta e a reivindicação da comunidade: é uma área de praça. Está muito bem elucidado! Nós, Ver. Janta, no caso, fazemos parte da CCJ, queremos nos somar, mas que bom que a CUTHAB soube dar sequência a um bom encaminhamento e a bom termo, para que se possa, então, superar as situações e os conflitos que existem na cidade, e chegar a bom termo a partir da construção de um diálogo, a partir de iniciativas também do Legislativo e, com esse tipo de movimento, ajudar a encontrar a solução para as questões, especialmente quando se fala a respeito de moradia. Nossa solidariedade, e também da bancada do PDT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, Ver.^a Mônica; Ana e Cristina, filhas da saudosa Dona Marli, falo em nome do governo e em meu nome, vocês podem ficar tranquilas, nós vamos procurar a Procuradoria, vamos tomar pé da situação. Hoje eu sei que teve uma reunião; infelizmente não pude participar porque foi marcada na terça e eu já tinha outros compromissos, então não pude participar da reunião da CEFOR. Hoje à tarde mesmo, vou procurar a Procuradoria do Município para ver qual a situação, e vamos dar um retorno, não só para vocês, mas também para a Casa, através da Presidência da Câmara, dizendo o que está acontecendo. Vamos procurar o máximo possível de informações e ver no que podemos ajudar.

Quanto à questão de poder ou não poder entrar na comunidade, podem ter certeza de que, independentemente de qualquer coisa, nós estaremos em todas as partes da cidade, porque tenho certeza de que nós, vereadores, trabalhamos sempre pelo bem da cidade. Tenho certeza de que todas as comunidades vão receber todos os vereadores sempre em todas as regiões de Porto Alegre, e nós estaremos, sim, presentes, independente do resultado. Apesar de buscar o melhor para a comunidade, estudando o processo... Eu não posso falar de um processo que eu ainda não vi, Ver. Ferronato. Então nós vamos buscar as informações necessárias e vamos fazer o possível para ajudar as comunidades, principalmente aquelas que estão consolidadas. Podem ficar tranquilas, nós vamos trabalhar por Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Cris e Ana, quero dizer para vocês, que vêm muito pouco a esta Casa, que, quando este plenário quer fazer as coisas, ele faz e realiza em tempo hábil. Então eu quero fazer um pedido à Presidência da Casa: vamos encaminhar uma audiência pública. Se nós vamos transformar em AEIS, tem que ter audiência pública. Já faço aqui o pedido – depois eu formulo por escrito para a senhora – para marcarmos, urgentemente, uma audiência pública. Quero dizer, como membro da CCJ, assim como o os vereadores Márcio, Ricardo Gomes, Cassio Trogildo, Pujol e Pablo Mendes Ribeiro, que irei agilizar o máximo possível esse projeto de AEIS que irá à CCJ.

Quero dizer uma coisa principal para vocês: as pessoas que moram há 60 anos na Bom Jesus nunca viram a necessidade dessa praça – nunca viram! –, e as pessoas que querem fazer essa praça não a usarão. A comunidade não precisa de praça, a comunidade precisa manter em sua posse aquela região que desbravou há mais de 60 anos. As pessoas que alegam que precisam de praça não usarão. Isso acontece em vários pontos da cidade: querem praça e não uso a praça, depois vêm para cá para a Câmara pedir para os vereadores providenciar poda, capina, cercamento, e se aquilo porque a praça está abandonada. Então, nós queremos que vocês garantam o direito de vocês de moradia, e principalmente, nós temos várias e várias praças em Porto Alegre que estão até sendo adotada pela iniciativa privada; e ali pertinho têm algumas praças que podem ser adotadas e as pessoas poderão usar essas praças que têm na região, não tirando de vocês direito de moradia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Cláudio Janta, eu solicito que o senhor faça o Requerimento por escrito. Obrigada.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, como disse o Ver. Janta, aqui, e tem toda a razão: as pessoas não querem a praça; eles querem tirar os pobres de perto. É isso que eles querem. Mas eu fui me socorrer com um ex-vereador, que mora lá na Bom Jesus, Clóvis Brum. Ele me deu uma lei que já existe, e nós estamos aqui, todos os vereadores, querendo fazer uma AEIS. Mas a lei complementar nº 43, artigo 380, de 21/07/1979. Isso mostra que esse problema vinha lá de trás, e que as pessoas estão morando lá desde aquela época. E essa lei garante a moradia em detrimento da área verde. Eu queria pedir até o socorro para direção Legislativa para ver qual é o artigo, ou parágrafo que pode ter sido revogado. Mas já existe essa lei, desde 79, que garante a moradia em detrimento a área de esportes ou praça que estava destinado.

Conversei de manhã, longamente, com vereador da época que propôs esse artigo, o ex-vereador Clóvis Brum, que é morador de lá, que gosta, que participa e sabe o que está acontecendo desde 79. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador Cecchim, eu solicito aos vereadores que sejam objetivos, pois nós temos uma outra solenidade que já está há algum tempo esperando.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Faço um apelo ao Ver. Janta que não apresente nenhum pedido de audiência pública, porque audiência pública precisa de um espaço de 15 dias, no mínimo, aí, vai perder o sentido. Esse é o meu apelo ao meu querido amigo Ver. Janta.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, eu acho que ficou evidente que há uma unanimidade praticamente entre os vereadores. Só que estou preocupado, e essa solução tem que vir rápida porque é preciso que a Câmara de Vereadores, e aí faço um apelo para o Mauro Pinheiro, chegue no prefeito Marchezan para que a ordem de despejo seja suspensa. Evidentemente que se está pensando aqui medidas legislativas para que a gente possa, quem sabe, na segunda-feira já aprovar a desafetação da área para Área de Interesse Social. Nós temos que ver com a Diretoria Legislativa quais são as possibilidades disso. Como disse o Janta, quando a Câmara quer, se produz resultados rápidos. De toda forma, o que acho que é mais importante ainda é que o próprio governo tome a iniciativa de resolver o problema porque o governo é que é parte da ação. E, se o governo não quiser que a ordem de

despejo ocorra no dia 10, ela não vai ocorrer, ela não ocorrendo, se abre um espaço de negociação para uma solução melhor do problema. Portanto, eu queria que a Presidente da Câmara, que a senhora, inclusive como presidente, percebendo essa posição, o João Bosco Vaz não pode falar, mas fez questão de dizer “estamos juntos”, que a gente resolva consultando a Diretoria técnica, para que a gente possa fazer rapidamente uma legislação que ajude nesse sentido e deixando claro o apelo da Câmara de Vereadores, de toda a Câmara de Vereadores ao prefeito Marchezan, para que essa ordem de despejo seja suspensa e a gente possa resolver o problema. Então, esse é o apelo que faço. Quero parabenizar e agradecer aos vereadores. Essa comunidade, veio na segunda, na terça, na quarta, quinta de novo e estão aqui lutando pelos seus direitos. Acho que os vereadores perceberam isso, e essa vitória eles merecem ter. Esse é o apelo, Presidente Mônica, para que o problema se resolvido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Presidente, só para esclarecer aos vereadores Ferronato e Valter, que me questionaram, estou propondo audiência pública, porque a lei exige isso. Nós podemos aprovar aqui, se não tiver audiência pública, o Ministério Público ou a empresa vão lá e dizem que não teve audiência pública. E nada impede de nós aprovarmos a lei, isso já foi feito várias vezes aqui, aprovarmos a lei, tramitar a lei e aprovar a lei, e fazermos a audiência pública posteriormente. Então, agora é imprescindível nós fazermos a audiência pública, porque é exigido por lei, para nós não cairmos no erro de depois o Ministério Público ou a outra parte interessada vir e contestar nossa lei. Seria só isso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta Mônica Leal, eu quero cumprimentá-la, já cumprimentar todos os convidados e todas as autoridades que estão aqui, inclusive, para a homenagem da Semana da Pátria. Não existe Pátria sem cidadania. Tem parte deste plenário que está aqui hoje, que está na iminência de ser despejado - eles e suas famílias - pela estrutura pública municipal. E aí eu quero aqui, meninas do Mato Sampaio, Bom Jesus, fazer a seguinte reflexão: primeiro, que eu estou muito feliz com este debate no qual a Câmara toda está envolvida e encontrando a solução. Esse não é um tema de oposição e situação. Esse é um tema da cidade que não pode excluir os seus cidadãos, é um tema de cidadania. Quero fazer uma referência aqui, principalmente, ao líder Mauro Pinheiro, para poder prestar as informações que nós construímos nesses três, quatro dias. Primeiro, em 1988, saiu a Constituição, onde já consta o uso social da terra. Logo depois, em 2001, o Estatuto da Cidade e, no Estatuto da Cidade, diz o seguinte: todas as famílias, que estão

em cima de área pública municipal, estadual, federal tem o direito adquirido da concessão do uso especial do solo para fim de moradia. Portanto, esse é um direito adquirido! (Palmas.)

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Na cronologia, ali está o empreendimento da Rossi – volta aquela foto, por favor –, que teve seu estudo de viabilidade urbanística aprovado em 2009, 2010. E vejam só, nós não estamos aqui querendo tirar o direito da empresa de constituir, nós estamos aqui dizendo para o Município que ele tem que olhar os dois lados. Nesta imagem dá para ver a comunidade vizinha, e naquela faixa amarela é onde tem a reintegração de posse nesse momento. Ver. Idenir Cecchim, a lei que existe não pega ali, porque essa é uma área pública municipal e está gravada no Plano Diretor como área de praça. Então nós temos que transformar a área de praça em Área Especial de Interesse Social – AEIS, que é a lei que está pronta, que construímos com muitas mãos, e pedimos à CCJ que dê o parecer para que, segunda-feira, possamos votar isso. Por que segunda-feira? Porque a reintegração está marcada para o dia 10, e o juiz tem que receber isso aqui antes. Digo mais: em 2012, a Prefeitura aprovou os projetos da empresa. Aí está o projeto já construído, aí está a comunidade ao lado, quem foi que fez essas obras? Quem foi que fez? (Manifestações nas galerias.) Eles construíram esses edifícios. Agora, constroem os edifícios e tiram os pobres do lado. Não dá, isso é higienização. Olhem essas imagens: aqui é em frente à CEEE; aqui é a vista da Av. Ipiranga. É um belo empreendimento. Agora, se a Prefeitura está exigindo dos condomínios Guanabara e Toscana que eles façam a praça para dar o habite-se, a Prefeitura tem que dar o habite-se para o empreendedor sem a praça. É isso, Cassiá, que também tem que ser colocado aqui, porque nós não queremos tirar de uns em detrimento dos outros, nós queremos o direito para todos. Isso foi feito em 2012. Em 2012, Mauro, a Prefeitura entrou na justiça para retirar essas famílias. Nunca chamou eles para uma audiência, para ver a lei, o contraditório e assim por diante. Agora, no dia 26 de agosto, chegou lá com uma nota de despejo. Pergunta se entrou o conselho tutelar lá; pergunta se a nossa Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social foi lá; pergunta se o DEMHAB foi lá... Ninguém foi lá, e a lei diz que, se tiver que fazer qualquer despejo, tem que cadastrar as famílias, tem que identificar quantas crianças, quantos idosos há. Neste momento, nada disso foi feito, então o Município está devendo para a cidade sob esse ponto de vista. E nós estamos aqui aliançados para dizer que esta comunidade tem o direito adquirido para morar ali, porque já estão lá há 50, 60, 70 anos. Então, Mauro, o prefeito municipal imediatamente tem que mandar para o Tribunal uma mensagem. Suspende! Suspende para nós encontrarmos a solução, e, segunda-feira, votaremos a lei para que seja restabelecida essa relação. Cumprimento a comunidade, todos os colegas vereadores que estão empenhados. Quem tem direito à moradia tem que ser beneficiado com esse direito, e a comunidade Mato Sampaio tem esse direito. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, a alegação é de algo que a comunidade não quer: uma praça. Essa é única alegação que existe, que tem que ter um aparelho público, que seria uma praça. A comunidade não quer praça. O que incomoda mais a cidade de Porto Alegre? Os barracos da Bom Jesus ou essa banca de revistas onde não pode passar um cadeirante? (Mostra imagem.) O que incomoda mais a população de Porto Alegre do que ter espalhadas, na cidade de Porto Alegre, centenas de bancas? Nem uma faixa de segurança pode existir, porque tem uma banca na faixa de segurança. Isso ninguém viu, isso ninguém vê, ninguém presencia isso, não cumprindo lei, não cumprindo nada que exige a cidade de Porto Alegre. O que atrapalha mais: os nossos barracos ou isso que não permite nem que um caminhão de bombeiros entre na região mais central de Porto Alegre? O que atrapalha mais é o risco dos nossos barracos pegarem fogo ou é o risco de o fogo chegar e não poder ser contido?

Então, tem muito mais coisas para se preocupar em Porto Alegre do que um aparelho, volto a dizer, um aparelho que é uma praça que a população, que seria a interessada, não quer. Não quer porque vive lá há 60 anos; não quer, porque seus filhos, quando necessitam, usam as praças da região; não quer, porque não querem ver os seus filhos serem discriminados por estarem na praça, olhar e pensar: “o que estão fazendo aqui na minha praça?” Os filhos sabem onde brincar. Pergunto: o que é pior, o cadeirante andar nessa calçada ou não poderem as pessoas abrirem as janelas e verem uma praça atirada, suja e depois, volto a afirmar, vir reclamar que a praça está entregue a caqueiro, que a praça está entregue a maloqueiro. Hoje a praça está entregue à comunidade, está entregue à dignidade de as pessoas terem a sua casa. E a nossa cidade está entregue a isso. É um absurdo de não ter acessibilidade, discutimos isso há poucos dias. Quando se falava das casinhas de cachorro, nós falávamos das dificuldades de acessibilidade que a nossa cidade tem. Mostramos os postes, os orelhões que ainda existem, as lixeiras, agora viemos mostrar um grande instrumento que atrapalha e dificulta a nossa cidade de Porto Alegre, um grande instrumento que tem regras, mas não é cumprido as regras. Olhem bem: o muro, um espacinho e a banca de revista que não cumpre nenhuma das regras, das leis existentes na nossa cidade, que permite a instalação desses equipamentos, principalmente uma faixa de segurança que leva direto à banca. Imaginem um cadeirante querendo atravessar na faixa de segurança, uma idosa e dar de cara com a banca!

Nós temos na nossa cidade, o nosso Poder Judiciário, que tem coisas muito maiores com que se preocupar do que tirar as pessoas de onde moram, tirar das pessoas o direito sagrado à moradia, que já conquistaram há mais de 60 anos, porque há casas ali que vem de pai para filho, e assim vem vindo, vai aumentando, vai aumentando, mas as pessoas têm onde morar e seu teto. E o aluguel social, quero dizer que a comunidade da Cruzeiro está hoje esperando, não é a solução! As pessoas têm suas casas, construíram suas casas com dignidade, com dificuldades, e não é um aparelho – volto a

afirmar aqui – público que a comunidade do Mato Sampaio não quer, a comunidade do Mato Sampaio não necessita. O que eles necessitam é a segurança de ficar habitando suas casas, que nem nós necessitamos da segurança de ter acesso aos bombeiros, de ter acesso para as pessoas com deficiência, já que têm esses obstáculos espalhados nas ruas de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Uma boa tarde a todos e todas, comunidade da Bom Jesus e do Mato Sampaio que está aqui, militares presentes, a maninha e a Cris que estão nessa luta há muito tempo. Nesta semana, na segunda, na terça, na quarta e na quinta, estiveram aqui e foram bem recebidos pelos vereadores e vereadoras. Eu estou falando aqui em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, vereadores Oliboni, Adeli e Engº Comassetto. Hoje pela manhã, na reunião extraordinária, que envolveu três comissões, foram feitos encaminhamentos. Utilizo a tribuna para lembrar desses encaminhamentos. O primeiro encaminhamento, Ver. Conceição, é que o presidente Dr. Goulart, que tinha uma agenda, tentaria conversar com o prefeito às 14h. Essa tentativa, acabei de falar com o Dr. Goulart, não funcionou, houve um desencontro – o prefeito não estava lá. Eu escuto aqui do líder do governo. Ver. Mauro Pinheiro, por favor, o senhor, como líder do governo, diz: “Vou me informar com a Procuradoria sobre o processo”. Ou seja, o Ver. Dr. Goulart já não conseguiu encontrar o prefeito. O Ver. Mauro Pinheiro disse que vai se inteirar do processo junto à Procuradoria. Gente, estão enrolando! Estão enrolando! Ou seja, a Câmara toda, que esses dias impediu que duas ruas cortassem o Clube do Professor Gaúcho, agora está sensível à demanda de vocês. O único que pode parar esse processo se chama Nelson Marchezan Júnior. Eu assinei aqui o pedido que o Ver. Valter pediu encaminhando para a justiça. E ele deve saber que, na justiça, existe o princípio do dispositivo: quem entra com a ação pode pedir para parar. Quem entrou com a ação? O Município de Porto Alegre. Quem pode pedir para parar a ação? O prefeito, só ele pode fazer isso. Só que o prefeito, o Ver. Dr. Goulart já não conseguiu encontrar ele às 14h, o Ver. Mauro Pinheiro disse que vai falar com a Procuradoria, não disse que vai falar com o prefeito. A Procuradoria é um órgão técnico, são os advogados do Município, eles só pedirão a suspensão da reintegração de posse se o prefeito disser: “Solicito a suspensão de reintegração de posse”.

Então, vereadoras e vereadores que estão aqui e que se somam a essa causa, eu sugiro, Ver. Dr. Goulart – aliás, esse era um dos encaminhamentos, o senhor ia estar lá, se tivesse conseguido falar com o prefeito – para que uma comissão de vereadores e vereadoras, junto com a comunidade, fosse recebida pelo prefeito. Eu estou aqui convidando – e esse não é o papel de um vereador de oposição – para que o líder do governo Ver. Mauro Pinheiro e os partidos da base do governo solicitem, até o final da

tarde, uma reunião com o prefeito para receber, pelo menos, os vereadores, porque eu não gostaria, se estivesse na situação deles, de ter que entrar uma sexta-feira, um sábado, um domingo nessa tensão de se, terça-feira pela manhã, vai vir a Brigada e me retirar daqui. Acho que vocês gostariam de ter um fim de semana tranquilo, ou seja, ou é um final de semana para arregimentar – já que os militares estão aqui – a comunidade toda da Bom Jesus e resistir contra a ordem de despejo, ou para ficar tranquilos. Eu espero que seja a segunda opção. E quem pode deixar vocês tranquilos é o prefeito da cidade, Nelson Marchezan, que, até o momento, não mandou ninguém em seu nome para dar essa posição política. Então, muito me preocupa. O meu pedido aqui é que os vereadores que estão aqui no plenário, os que já se manifestaram aguardem, pois nós ligamos agora para o gabinete do prefeito, para que ele nos receba até o final da tarde, com uma comissão formada também pela comunidade. Este é o encaminhamento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigado, Vereador.
Suspendo os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h20min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h21min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso da Semana da Pátria, nos termos do Requerimento nº 093/19, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: Sr. Comandante da Ala 3, Brigadeiro do Ar Raimundo Nogueira Lopes Neto; Sr. Representante do Comando Militar do Sul, General de Brigada Raul Rodrigues Oliveira; Sr. Representante da Capitania Fluvial de Porto Alegre, Capitão-Tenente Alexandre Rodriguez Heredia; Sr. Representante do Comando da Brigada Militar, Major Elemar Lineu de Melo Fernandes; Sr. Presidente da Liga de Defesa Nacional, Coronel Marco Danguí Pinheiro; Sr. Secretário Municipal de Segurança, Rafão Oliveira. Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino

Nacional, executado pela fanfarra, do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, sob a regência do Subtenente Maiato.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(O Ver. Cassiá Carpes assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): A Ver.^a Mônica Leal, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Obrigada pelas distintas presenças. O 7 de setembro é uma referência importante na história do nosso País, data que nos identifica como Nação livre e soberana.

Muito me orgulha, como Presidente, que a Câmara Municipal de Porto Alegre, no cumprimento de seu dever cívico e de respeito às nossas instituições militares, promova esta homenagem por meio da sua Mesa Diretora. É a data oficial em que enaltecemos um momento da História que foi determinante para a Nação, a partir do ato ousado e decisivo em que o Príncipe Regente Dom Pedro proclamou a Independência do Brasil, oficializado o rompimento da vinculação dependente que tínhamos em relação a Portugal. A simbologia desta semana faz com que todos possamos refletir sobre a soberania do nosso País.

A data vem, também, para nos lembrar que, de uns tempos para cá, urge vermos renascido ou reforçado o sentimento de patriotismo entre os brasileiros, uma virtude fundamental de qualquer democracia. Precisamos que sejam resgatados e reinstalados nossos lemas e valores, nossa memória e nossa história, aspectos que, se não forem devidamente valorizados e mantidos, se perdem e, infelizmente, contribuem para uma sociedade, cada vez mais, desagregada ou polarizada, o que compromete o espírito de orgulho, de união e de luta coletiva pelo bem do País.

As comemorações e iniciativas em torno da Semana da Pátria nos fazem manter acesos o significado e a importância da caminhada do nosso País até aqui, pois o que lá aconteceu foi determinante. Também a manutenção dos atos cívicos, de forma geral, numa sociedade, faz com que o sentimento de cidadania se fortifique. Neste entorno, os desfiles cívico-militares são uma tradição e uma demonstração de civismo que, como bons brasileiros, devemos valorizar e respeitar sempre. Temos as Forças Armadas, seus quadros e suas instituições na sustentação e à frente de muitas iniciativas, promovendo ações sérias e comprometidas que nos fazem vivenciar, verdadeiramente, a Semana da Pátria. Toda nação que cultiva seus símbolos, que reconhece seu passado, é uma nação com mais identidade, com mais memória e com mais futuro. Quais são os nossos símbolos? A Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas da República e os Selos Nacionais. Todos identificando a Pátria. O Desfile de 7 de Setembro se insere, é simbólico e emblemático. Tem, para mim, uma aura, uma atmosfera muito particular, me remete aos meus 5 anos de idade, quando passei a

assisti-lo levada pela mão do meu pai, Cel. Pedro Américo Leal. Junto com ele, no palanque oficial, formei meu sentimento de amor à Pátria, aprendendo sobre o seu significado e importância. O 7 de Setembro, imagino, nos remete aos tempos de escolas, aos tempos das paradas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): ...pelas ruas da cidade, que partiam dos colégios, todos de uniforme, com banda, balizas, com muita disciplina e dever. Porto Alegre tem o seu desfile que, sempre com muito orgulho, prestígio.

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, Ver. Mônica Leal, primeiro, quero cumprimentá-la pela iniciativa de fazer esta homenagem, cumprimento toda a Mesa, o Comando que está aqui; e dizer que independência é independência, nós temos que estar todo dia construindo esse processo. É do diálogo, é da afirmação, e o Brasil é uma grande Nação e não pode retroceder no cenário mundial na sua afirmação interna e no nosso papel na América Latina. Portanto, esse papel que sempre temos, de buscar a independência, é uma missão nossa de cada dia. Meus parabéns, vida longa a toda Nação brasileira e às Forças Armadas que aqui estão. Muito obrigada.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Também cumprimento o Coronel Danguí, com o qual tive a honra de servir, lá no 8^o RCMec, em Uruguaiana, em 1996 – faz tempo, não é, Coronel? –, na época eu estava fazendo o Estágio Intermediário – EI, por ocasião da preparação aqui no CPOR. Quero dizer, Coronel Danguí, que estaremos nos apresentando, nosso pelotão dos ex-alunos, na sexta-feira, no desfile de 7 de Setembro, já está tudo organizado pelo Nobre, inclusive esta semana o Ver. Mauro Pinheiro esteve confraternizando conosco, quero ver se a gente o associa na Associação de ex-Alunos do CPOR; também não poderia deixar de fazer uma saudação muito especial ao meu querido amigo, o secretário municipal de segurança Rafão Oliveira, que está fazendo um belo trabalho no combate ao crime na nossa cidade.

Acho muito oportuno que a Câmara possa – eu não estou há tanto tempo quanto o Ver. Ferronato, que está há 30 anos, mas estou há 16 anos, estou no quarto mandato –, todos os anos, fazer este registro por ocasião da Semana da Pátria. Então, acho muito importante, Ver. Dr. Goulart e demais, dizer que hoje tivemos aqui, casualmente, uma discussão em torno de uma área, enfim, na mesma oportunidade em que se faz aqui esta homenagem à Semana da Pátria, mas acho que assim a gente reafirma o nosso compromisso, Ver.^a Mônica Leal, com as grandes causas da cidade e com as grandes pautas da Nação. Fica aqui nosso fraterno e dileto abraço às Forças

Armadas, a tudo que representam – disciplina, hierarquia – e ao Exército Brasileiro pelos seus feitos. Tenho certeza de que todos nós temos uma dívida de gratidão por tudo que foi feito até aqui pela nossa Nação. Cumprimentos à Mesa, mais uma vez, por esta data, fica o registro aqui da bancada do PDT. Muito obrigado.

Vereador Hamilton Sossmeier (PSC): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Além de parabenizar pela iniciativa, quero agradecer pelo grande trabalho do nosso Exército. Eu sou do tempo em que, na escola, cantávamos o Hino Nacional; em que havia regras e respeito ao padrão da autoridade. Infelizmente, hoje, nós vemos um Brasil completamente desregrado na sua sociedade com relação a princípios e valores que começam dentro de casa, dentro dos lares. A gente tem lutado tanto... Devemos ter esses padrões de regra e de respeito principalmente com a autoridade da nossa Nação, principalmente com o Presidente da República, com o Governador do Estado, com os prefeitos. Nós vemos que o desrespeito começa, inclusive, pela classe política com relação a isso. Se a classe política não respeita autoridades, o que esperar de uma sociedade? Então eu parabeno por esta iniciativa de valorizar o trabalho em uma semana tão importante. Nós temos que passar a refletir sobre a Semana da Pátria: o que ela simboliza, o que ela significa na nossa Nação? Muito obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Hamilton. Porto Alegre tem o seu desfile, que sempre, com muito orgulho, prestígio, quando Exército, Marinha, Aeronáutica, Brigada Militar, Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais e instituições representativas desfilam – antes, na Av. Loureiro da Silva, mais recentemente, na Av. Edvaldo Pereira Paiva. Algo que também vejo como muito especial é termos aqui, no Rio Grande do Sul, no encerramento da Semana da Pátria, a passagem de bastão, na verdade, a passagem da chama, que, de fogo simbólico, acendendo a pira da Pátria, passa a ser Chama Crioula, dando início aos festejos da Semana Farroupilha, culminando no 20 de setembro. Aqui, Cel. Marco Danguí, agradeço por todo o empenho da Liga da Defesa Nacional, organizando, arregimentando, visitando municípios para que fomentem nas escolas o estudo do patriotismo, proporcionando o acendimento do Fogo Simbólico em cerca de 160 cidades gaúchas, é a Centenária Liga, tradicionalmente promovendo as solenidades alusivas, ocasião em que transmite a todos os brasileiros uma mensagem cívico-patriótica, carregando sempre os princípios do Exército de cooperação e coleguismo.

Que este 7 de Setembro cumpra seu dever de resgatar em cada brasileiro a memória e o respeito à nossa história, à nossa Nação, o valor e o orgulho do verde e amarelo. E lembrando, fazer a nossa parte pela melhoria do País é uma maneira de agirmos com patriotismo hoje e sempre. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos para fazer o uso da palavra o Sr. Presidente da Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, Coronel Marco Dangui Pinheiro.

SR. MARCO DANGUI PINHEIRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sra. Presidente deste Parlamento, Ver.^a Mônica Leal, agradeço as palavras gentis em relação à Liga da Defesa Nacional. Eu gostaria de abrir um parêntese: nós, militares, não estamos acostumados com esse procedimento de um Parlamento, principalmente de uma cidade da importância de Porto Alegre, mas nós temos que entender isso, e é importante que aconteça. Os políticos, de uma forma geral, não só os integrantes desta Casa, mas políticos em qualquer dos parlamentos ou dos executivos são alvos, sim, da crítica, da observação, inclusive dos elogios dos seus eleitores. É importante que a resposta deles tenha que estar aqui, não é isso, Vereadora? A resposta está aqui no trabalho deles. É um trabalho essencial não só para as pessoas que dependem das decisões dos estudos que fazem, mas também pela representatividade democrática que os políticos exercem nos Parlamentos nos Municípios, nos Estados e na União. Cumprimento pelo seu trabalho extenso, sei que a senhora ficou preocupada pelos seus compromissos, mas é importante que nós entendamos o que acontece no Parlamento. Eu trouxe um texto escrito, grande, já me disseram que ele é extenso, tenho repetido esse texto em alguns fóruns aqui em Porto Alegre, mas faço questão de lê-lo para conduzir o raciocínio que pensei para este momento. Retorno com profunda honra e respeito a ocupar esta tribuna do plenário do Parlamento da Capital gaúcha, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, falando em nome da Liga da Defesa Nacional, para participar desta sessão em homenagem à Independência do Brasil. Tenho absoluta convicção que esse ato cívico dos senhores vereadores, este ato patriótico tem relevante efeito sobre os cidadãos da Capital gaúcha nas comemorações dos 197 anos de independência e soberania da Nação brasileira. Eu creio que esse seja o ponto central. Todos nós, militares, parlamentares, comunidade que está aqui conosco, compatriotas, todas as pessoas, nós estamos comemorando o grande aniversariante desta semana, que é o nosso Brasil, e é isso que é o foco do que está acontecendo aqui, vem acontecendo ao longo da Semana da Pátria aqui em Porto Alegre, no interior do Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, e eu espero que seja exatamente assim. Como das outras oportunidades que aqui estive, cabe me caracterizar a Liga da Defesa Nacional e esboçar sua finalidade e ações. O culto aos símbolos nacionais, o conhecimento da história do Brasil e a valorização da cultura de nossa terra são os grandes faróis que orientam as ações dos compatriotas integrantes da liga. Dentre as várias atividades que a liga anualmente desenvolve para o atingimento desses propósitos, a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria tem destaque, como a senhora falou aqui, Ver.^a Mônica. Ela foi criada em 1937 aqui, no Rio Grande do Sul, para, simbolicamente, dar início às comemorações da Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, e essa maratona cívica está completando, de forma ininterrupta, a sua 82ª edição. Desde que foi criada, a cada ano, a cerimônia inicial da corrida se repete. É selecionado um local para originar uma centelha, a centelha inflama uma pira e, dessa pira, são coletadas as centelhas que são

distribuídas nos diversos municípios do Estado. Neste ano de 2019, a Pira da Pátria original foi acesa pela centelha gerada em ritual simbólico dos Escoteiros do Brasil. No último dia 17 de agosto, no Parque Histórico Marechal Osório, em Tramandaí, solenidade realizada em homenagem aos 50 anos de criação do parque, sítio onde repousam os restos mortais do grande Marechal Osório, gaúcho, um dos maiores comandantes que o Exército brasileiro já teve em suas fileiras. A partir do Parque Osório, a caravana patriótica, conduzida por integrantes da Liga da Defesa Nacional, percorreu cerca de 12 mil quilômetros em cinco eixos diferentes e entregou a chama sagrada, diretamente, em cerca de 160 municípios gaúchos. No dia 31 de agosto e no dia 1º de setembro, a maioria dos municípios gaúchos iniciou a comemorações da Semana da Pátria com o acendimento das piras locais, inclusive, aqui, em Porto Alegre. Vários eventos alusivos já foram realizados e estão ainda sendo realizados, como esta sessão solene. Solenidades semelhantes ocorreram no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no Tribunal de Contas, na Assembleia Legislativa e no Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Houve missas e cultos religiosos em ação de graças, palestras, um ciclo desenvolvido lá no museu do Exército, e o Desfile da Mocidade que, infelizmente, em função do tempo, nós tivemos que cancelar este ano. Ainda haverá a Tarde da Pátria e a entrega de uma centelha para o MTG dar início à Semana Farroupilha, como a senhora bem citou aqui. Um evento histórico que a maioria dos gaúchos não conhece bem. Em 1947, o já falecido Paixão Côrtes, iniciando a montagem do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que nasceu dentro do Colégio Júlio de Castilhos, ele foi aos integrantes da Liga de Defesa Nacional e pediu para, antes do encerramento da Semana da Pátria, quando se apaga a centelha da Pátria, que ele coletasse uma centelha para dar início à ronda crioula, que hoje é a denominada Chama Crioula.

As comemorações culminarão com o Desfile da Independência, no dia 7 de setembro, data magna da nossa Pátria, na Av. Beira Rio, a Edvaldo Pereira Paiva, entre a Fundação Iberê Camargo e a Av. Ipiranga. Neste ano, há a previsão de, pela primeira vez no Brasil, realizar o desfile da Independência em três meios diferentes ao mesmo tempo: o desfile terrestre, a pé, motorizado e hipomóvel; o desfile aéreo, empregando aeronaves da FAB, e o fluvial, ocupando as águas do Guaíba com embarcações civis e militares, enfeitadas com as cores da Pátria, verde e amarela. Com a imagem da bela orla do Guaíba em nossas mentes e com a antevisão do desfile da Independência, no dia 7 próximo, e do desfile Farroupilha, no dia 20 de setembro, a LDN lança uma solicitação ao Parlamento porto-alegrense, para fixar na retina e na mente de cada cidadão que transite por Porto Alegre, ou que participe das duas grandes manifestações cívicas na capital, que se construa na capital um monumento, nesse local nobre e vistoso, para colocar em evidência o maior símbolo da Pátria, a bandeira nacional. Esse monumento, um pedestal da bandeira, deve ficar em local que dê visibilidade ao pavilhão nacional, para quem transita pelas ruas ou para quem chega em Porto Alegre pelo Rio Guaíba ou pelo Aeroporto Salgado Filho. A proposta é construir o pedestal da bandeira na região dos desfiles, em local ainda a ser revitalizado, no alinhamento com o espelho d'água do canhão, mas além das pistas da Av. Edvaldo Pereira Paiva, próxima à

margem do rio Guaíba. A estrutura, além de servir de área de apoio ao mastro da bandeira nacional, poderá abrigar também o Museu da Bandeira, instalação que será inédita no Brasil, que mostrará a história do maior símbolo da Pátria e poderá conter os exemplares que lembrem episódios marcantes de sua trajetória como símbolo da nacionalidade. Também há a intenção de contar, no acervo do Museu da Bandeira, com a colaboração do coronel Pedro Estigarribia, grande pintor e historiador de temas militares, para, no interior do Museu da Bandeira, criar um grande painel que conte a evolução do pavilhão representativo do Brasil desde a chegada dos portugueses nas praias da Terra de Santa Cruz até a versão republicana que, altaneira, hoje veneramos. O apoio deste Parlamento é decisivo para concretizar tal proposta. Como ficou expresso, a Liga trabalha incessantemente para fortalecer o patriotismo e o civismo dos brasileiros, e, ao difundir e incentivar esses valores, tem a esperança de resgatar e fortalecer a poderosa corrente que une os cidadãos, de Norte a Sul, de Leste a Oeste deste imenso território, união essencial para gerar as forças que promovem o desenvolvimento social e econômico e dão consistência à civilização brasileira. A tarefa é difícil nos dias de hoje. O nosso País parece não conseguir andar sem ser embalado por crises em todos os setores. As crises moderadas, as oscilações pendulares do processo político e as evoluções das práticas econômicas são ciclos naturais do processo civilizatório, com origens e soluções intrínsecas da própria dinâmica social. No entanto, as turbulências graves que vêm se sucedendo no País precisam ser melhor avaliadas para se verificar a capacidade da Nação de suportar as mudanças bruscas e graves ou mesmo indicar se estas crises produzem resultados positivos ou se retardam o desenvolvimento social, econômico e político do país.

Considerados esses cenários turbulentos, venho há muito tempo fazendo um apelo nos vários fóruns de debate no sentido de que os homens e mulheres, em todos os níveis do espectro social, se empenhem para conscientizar todos os brasileiros da necessidade de ter um olhar mais generoso sobre o nosso chão e sobre o nosso povo. Esse ânimo deve ser o eixo do estímulo da ação de cada um, muito para evitar as crises devastadoras, para evitar divisões no espectro social e mesmo evitar questionamentos sobre dois aspectos fundamentais da Nação, cláusulas pétreas: a integridade territorial e a soberania do Estado Brasileiro sobre o território.

Há que se tomar por cláusula pétrea da nacionalidade que houve esforço e sangue de nossos antepassados para concretizar a Nação, e não cabe às gerações atuais modificar esse legado. É crime capitulado e é desídia moral qualquer agressão contra esses valores. Se, há 50 anos, os militares agiram para restabelecer os valores que julgaram estar sendo agredidos na sociedade, vejo com igual gravidade a necessidade da atuação harmônica de todas as estruturas do Estado nesta quadra, atuação para confirmar e respaldar e dar cabo à maior mudança que a Nação já teve em 500 anos de existência: o julgamento e condenação de políticos, empresários e agentes públicos poderosos que usaram as forças e bens do País em benefício próprio e em detrimento da população, corruptos que ceifaram a energia de desenvolvimento do País, com grosseira irresponsabilidade, conduziram a Nação à beira de um precipício inóspito, e que hoje, cientes do perigo que correm, reagem de todas as formas e com todos os meios que

podem, invariavelmente abandonando qualquer escrúpulo, tão somente para defenderem a própria existência corrosiva. Como concluiu o escritor e analista social Percival Puggina em recente artigo: "pelos resultados já consolidados, fruto dessa ação heroica e institucional, o trabalho de procuradores, dos policiais e de juízes encarregados da tarefa representa o mais extraordinário salto ético no ambiente judicial, político e nas relações de poder no Brasil".

Se as lideranças da sociedade, como os Srs. Vereadores o são, devem servir de referência no processo, e da qualidade dessa liderança depende o resultado, a evolução do Brasil é uma luta a ser travada por todos os filhos da terra; é uma luta a ser encetada para o retorno da autoestima nacional, do orgulho de ser brasileiro e da esperança no futuro. E, aparentemente, a definição do rumo tomado nesta encruzilhada não permite retorno espontâneo. Senhoras e senhores, compensaram os idealizadores da Liga da Defesa Nacional ou os criadores da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria há anos, há que se robustecer o sentimento de patriotismo, valorizando os fatos que montaram nossa História, exaltando os ilustres brasileiros que criaram os fatos e valorizando a cultura da nossa Pátria. É uma luta a ser travada por todos nós; é uma luta a ser encetada para o retorno da autoestima nacional, do orgulho de ser brasileiro e da esperança no futuro. Aparentemente, a definição do rumo tomado nessa encruzilhada não permite um retorno espontâneo. Senhoras e senhores, como pensaram os idealizadores da Liga de Defesa Nacional ou os criadores da corrida do Fogo Simbólico da Pátria há anos, a que se robustecer o sentimento de patriotismo, valorizando os fatos que mostraram nossa história, exaltando os ilustres brasileiros que criaram os fatos e valorizando a cultura da nossa Pátria. É uma luta a ser travada por todo nós. É uma luta para o retorno da autoestima nacional e do orgulho de ser brasileiro e da esperança no futuro, como falei anteriormente. A nossa Pátria, o nosso Brasil está precisando da generosidade de seus filhos, mais do que nunca. Está precisando do olhar de um Olavo Bilac, de um José Bonifácio, de um Gonçalves Dias, de brasileiros que sejam afetuosos com a sua terra, que concedam bastante para a Pátria. Faz-se necessário que os brasileiros queiram realmente comemorar o aniversário da Independência do Brasil. Nesta quadra de crises profundos do País, este olhar generoso sobre o nosso chão e sobre o nosso povo deve ser o eixo do estímulo da ação de cada cidadão. Repito e reforço isso.

Faz-se necessário que o Brasil retome o seu projeto de Nação, independente e soberana, que retome o rumo perdido em algum ponto da trajetória, que o Brasil recupere para os seus cidadãos o ambiente acolhedor e promissor. Acolhedor no sentido de dar segurança para as pessoas, segurança física e emocional, aquela segurança promovida pelo acato, de todos os cidadãos às leis. E se essas forem desrespeitadas, que seja a segurança imposta pela ação do Poder Judiciário ou que seja a segurança provida por forças policiais e militares, que inibam a ação de bandidos, de malfeitores e de corruptos. Que seja acolhedor no sentido de permitir aos cidadãos usufruírem de seus bens, de suas propriedades e do espaço público com serenidade, sem terem sua integridade física ameaçada. Que seja um País de tal forma acolhedor que gere a sensação de ser extensão reconfortante do berço familiar, onde nasceu e cresceu cada

cidadão brasileiro. Promissor para gerar confiança dos filhos da terra nos resultados do seu trabalho e de sua arte; tão promissor que permita a realização pessoal de todos os brasileiros, nas suas profissões e que seja o berço da concretização de seus sonhos; que seja tão promissor que não estimule aos filhos da terra olharem para outros rincões, na busca de lugares onde seus talentos e conhecimentos tenham por justo reconhecimento e a justa recompensa financeira e social. Esse afeto tem que ser gerado aqui no nosso País. Tenho confiança de que vamos fazer evoluir a nossa Nação porque nós, os brasileiros, queremos, e esta vontade é preponderante e decisiva. Usaremos para isso a força que os brasileiros dispõem e os meios que forem necessários. Nós vamos ainda recuperar o orgulho de sermos brasileiros e promover o retorno da esperança no futuro do nosso País. Ao falarmos de patriotismo, estendemos o olhar para o imenso território brasileiro, percebemos o quanto temos que fazer, todos nós, para resgatar o Brasil, para retomar seu projeto de Nação, de grande potência e de ser uma Nação desenvolvida, coesa e respeitada por seus nacionais e por estrangeiros.

A Liga, ao promover as comemorações da Semana da Pátria no Rio Grande do Sul, além de cumprir os propósitos de seus ideais idealizadores, tem esperança de estimular o sentimento de patriotismo nos filhos da terra. Contamos para isso com o apoio decisivo dos vereadores da capital dos gaúchos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Rio-Grandense e, logo após, o Hino da Proclamação da República, executados pela fanfarra do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, sob a regência do Subtenente Maiato.

(Procede-se à execução do Hino Rio-Grandense e o Hino da Proclamação da República.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Agradecemos a presença de todos e damos por encerrada esta justa e merecida homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h07min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h11min: Estão reabertos os trabalhos.

Dando continuidade às Comunicações, este período é destinado ao relato do trabalho realizado pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre e à solicitação de apoio para preservá-la.

Convidamos para compor a Mesa a Sra. Jaqueline Junker Fuques, diretora; o Sr. Everson Pereira da Silva, professor; a Sra. Luana Gonçalves da Silva, aluna.

O Sr. Everson Pereira da Silva, professor, está com a palavra.

SR. EVERSON PEREIRA, DA SILVA: Excelentíssima Ver.^a Mônica Leal, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Alegre, na sua pessoa, saúdo os demais vereadores. Dirijo-me a vossas senhorias em nome da comunidade escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, que carinhosamente chamamos de EPA. No mês de agosto, completamos 24 anos de atividades ininterruptas, atendendo basicamente estudantes em situação de rua ou em estado de vulnerabilidade social. Nossa escola iniciou suas atividades no ano de 1994, quando a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a FESC, desenvolveu um projeto com a finalidade de atender, na rua, pessoas que manifestavam vontade de estudar. Naquela época, um grupo de 10 professoras participou do referido projeto, e, em 1995, foi, então, fundada nossa escola, aqui perto, na Rua Washington Luiz. O poder público construiu, então, instalações provisórias, que, no nosso entender, tornaram-se eternas, pois são as mesmas até hoje, com vistas a atender a esta demanda. Inicialmente, o propósito era receber menores abandonados que moravam nas ruas do Centro do nosso Município. Posteriormente, também, passou a atender crianças da Vila Chocolate e, hoje, presta serviços a estudantes de todas as idades. Portanto, como vossas senhorias podem perceber, a EPA não é uma escola que vai às ruas. Ela vem da rua, ela nasce na rua, lugar cada vez mais habitado por cidadãos que não têm sequer seus direitos mínimos atendidos, embora assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela nossa Constituição. No ano de 2014, mais precisamente no dia 15 de outubro, Dia do Professor, recebemos como presente a notícia de que o então prefeito, José Fortunati, iria fechar nossa escola. Queria fechar uma escola cujo trabalho extrapola a sala de aula, extrapola as aulas de português, de matemática e de geografia. A EPA é o lugar onde muitos desses cidadãos que vivem na rua, invisíveis aos seus olhos e aos olhos da maioria da população, chegam às 7h30min da manhã para tomar banho e tomar café. Mas o ex-prefeito Fortunati quis fechá-la. A EPA é o lugar que acolhe, escuta, orienta e dá voz a esses cidadãos, tornando-os protagonistas do processo ensino-aprendizagem. O ex-prefeito Fortunati, no entanto, quis fechá-la. A EPA é o lugar onde muitos desses cidadãos largam suas carrocinhas cheias de papel e de materiais recicláveis, sua fonte de renda, para que possam estudar com segurança. Mas o ex-prefeito Fortunati quis fechá-la. A EPA é o lugar onde muitos desses cidadãos fazem a única refeição do dia e tomam um chá, carinhosamente preparado por nossas funcionárias, quando passam mal por terem consumido comida estragada, catada nos containers de lixo. Entretanto o ex-prefeito Fortunati quis fechá-la. A EPA é a escola cujos estudantes frequentam o núcleo de trabalho educativo, produzindo belíssimas peças de cerâmica e de papel artesanal, cuja comercialização é fonte de renda para muitos. Todavia, o ex-prefeito Fortunati quis fechá-la. A EPA é a instituição que encaminha esses cidadãos aos precários serviços de assistência social e de saúde disponibilizados pelo poder público para tratarem as inúmeras doenças a que são expostos. Contudo, o ex-prefeito Fortunati quis fechá-la. A EPA é uma escola premiada nacionalmente. É a única escola do Brasil a atender pessoas em situação de rua. O trabalho da EPA é, inclusive, conhecido internacionalmente. Todavia, o ex-prefeito Fortunati quis fechá-la. A EPA é a escola que acolhe, abraça, escuta, consola,

orienta, cultiva e alimenta os sonhos dessa população invisível. Sim, senhores, essas pessoas também sonham. Mas o ex-prefeito Fortunatti quis fechá-la.

Desde já, peço-lhes desculpas pelo excesso de anáforas e pelo esgotamento do meu repertório de conjunções adversativas nesta minha fala. Eu as utilizo justamente com o fito de enfatizar a atitude desumana, leviana e cruel do ex-prefeito José Fortunatti, que, de forma vil, tentou privar esses cidadãos, que não lhes rendem muitos votos, é verdade, de frequentar um dos poucos espaços que os aceita e os abraça. Um espaço que lhes garante o direito à alimentação e à educação, já que o direito à moradia lhes é negado, quando tentam ocupar espaços públicos abandonados, como um prédio na Rua Andrade Neves, do qual foram covardemente expulsos na calada da noite e que se encontra ocioso até hoje. Eles também têm o direito inalienável à moradia violado quando são acordados com jatos d'água no viaduto da Borges de Medeiros, numa madrugada gelada de inverno. É comovente a política de higienização praticada pelo atual prefeito. Todavia, o ex-prefeito Fortunati não contava com o fato de que nós, da EPA, conhecíamos desde sempre e muito bem a palavra resistência, cuja origem remonta o latim: *resistentia*, de *resistere*, "ficar firme, aguentar", formada pelo prefixo RE, que significa, contra, movimento repetido, mais *sistere*, que significa "ficar firme, manter a posição". Provavelmente esse vocábulo tenha sido amplamente utilizado pelos soldados romanos em suas inúmeras guerras. Para nós, da EPA, seu significado extrapola os fonemas que o compõem. Nós, professores, aprendemos seu real significado com os nossos alunos, que a sentem em seu próprio corpo, em seus ossos gelados pelo frio, na dor que sentem nos músculos quando apanham da polícia, na ardência que têm no estômago quando passam fome, no sono que vem depois de passarem uma madrugada inteira catando papel nos contêineres, que, muitas vezes, os impedem de prestarem atenção nas aulas. Enfim, nossos alunos sentem a palavra em cada milímetro da sua pele, para os nossos alunos, nobres Edis, viver é resistir. São eles que nos dão a real dimensão do significado da palavra resistência, todos os dias!

Então, por eles e por nós, fomos à luta contra a decisão cruel do ex-prefeito Fortunati, mobilizamo-nos, fomos às ruas, batemos panelas, esbravejamos em frente à SMED, contamos com o apoio de entidades parceiras, manifestamo-nos nos meios de comunicação social, estivemos, inclusive, aqui nesta Casa, quando contamos com o inestimável apoio das então vereadoras Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna e do Ver. Alex Fraga, dentre outros que apoiaram a nossa causa e a nossa luta. Também não podemos nos esquecer do incondicional apoio da Defensoria Pública, que abraçou a nossa causa e ingressou com um processo judicial contra o Município de Porto Alegre a fim de garantir que a nossa escola mantivesse suas portas abertas, para que pudéssemos fazer o que sempre fizemos: educar, educar e educar. Foram três anos funcionando com uma liminar concedida pelo juiz de primeira instância, e posteriormente os estudantes tiveram seu direito constitucional à educação assegurado quando tal ação foi finalmente julgada procedente. Porém, nossa luta não terminou aí. Continuamos lutando contra a atual administração deste Município e resistindo, todos os dias. Lutamos contra o sucateamento das nossas escolas, contra os constantes cortes de recursos humanos, contra a suspensão de serviços, contra os ataques à nossa carreira, contra a tentativa

vitoriosa, diga-se de passagem, de aniquilar nossos direitos conquistados durante uma vida inteira, quando esta Casa votou o PLCE nº 002/19, quando esta Casa, que deveria ser o berço da democracia, recebeu nossa categoria com a força policial e com bombas de gás lacrimogênio. Que vergonha, senhores vereadores! Que covardia, que luta desigual! As únicas armas que trazíamos para este plenário, naquela ocasião, eram lápis, papel, livros e a nossa voz. Mesmo abominando a conduta de muitos dos senhores, nós os entendemos. Somos perigosos, muito perigosos, pois nossas armas podem mudar mentes, e mentes podem mudar o mundo. Nossas armas podem fazer a população jamais esquecer o nome do ex-prefeito José Fortunati e sua tentativa de privar cidadãos em situação de rua do direito constitucional à educação. Nossas armas farão com que a população jamais esqueça o nome do atual prefeito, que se mostra insensível às políticas sociais. Mas uma coisa precisamos reconhecer: ele é consenso, pois consegue desagradar cidadãos de todos os gêneros e de todos os estratos sociais. Com nossas armas, jamais deixaremos que a população esqueça o nome do atual secretário de educação, que, durante quase três anos de gestão, não conhece a realidade das nossas escolas e das nossas rotinas, que faz nossa categoria adoecer, que jamais pisou numa escola da rede. Que pena! Gostaríamos de preparar-lhe uma recepção à altura da sua competência. Não se preocupem, nobres Edis! Não estou aqui falando em nome da ATEMPA, sequer sou filiado a essa entidade. Deixei claro, no início da minha fala, que estou aqui representando a comunidade escolar da Escola Municipal Porto Alegre, estou aqui para defender a sua manutenção, estou aqui para defender a única escola do Brasil que tenta assegurar o direito à educação para pessoas em situação de rua. E educação e saúde não têm as cores de quaisquer bandeiras partidárias; a educação tem as cores da paz, da esperança, da dignidade, da solidariedade e da cidadania. Estou aqui para pedir o apoio de V. Sas. à nossa luta. Nós lutamos para qualificar ainda mais os serviços que prestamos a essa população, nós lutamos constantemente para resistir a qualquer tentativa de fecharem nossa escola, venha ela do partido ou da administração. Queremos levar para nossa escola o seu comprometimento, queremos dizer para os nossos alunos e para nossos colegas que a nossa luta é também a luta de todos os senhores, queremos sair dessa sessão, carregando não a revolta e a desilusão, queremos entrar na nossa escola carregando a chama viva da esperança. É para isso que estamos aqui, ocupando esse espaço na Casa da democracia.

Antes de concluir, eu quero, com todo o meu respeito, deixar-lhes uma tarefa de casa; é vício de professor. Vossas senhorias lerão dois contos de Machado de Assis, um dos maiores pensadores do Brasil de todos os tempos, tratam-se dos contos: Teoria do Medalhão e o Alienista. Tenho certeza de que vocês, depois que lerem esses dois textos e tomarem conhecimento da conduta dos vereadores do Brasil do primeiro e do segundo Império, vocês farão uma boa reflexão sobre as suas práticas. Aproveitem para lê-los enquanto esse autor não for censurado, afinal vivemos numa época em que essa palavra saltou das páginas adormecidas dos nossos dicionários e passou a ser utilizada em larga escala, inclusive por aqueles que dizem lutar pela liberdade de expressão e que atemorizam a manutenção do estado democrático de direito.

Finalizo agradecendo ao Ver. Alex Fraga a oportunidade de ocupar este espaço. Agradeço a todos os senhores, que sensíveis à nossa causa, sempre nos apoiaram, e conclamo a todos que nos apoiem para que haja a manutenção e a qualificação dos serviços que prestamos às pessoas em situação de rua, que tanto requerem a nossa atenção. Hoje não são invisíveis, alguns, inclusive, estão neste plenário. Nós, seus professores, jamais fugiremos à luta, enfrentaremos com a nossa coragem, com a nossa ternura e com nossa esperança, com as armas do conhecimento, todos aqueles que tentarem retirar os direitos básicos dessa população. Esperamos, sinceramente, termos hoje adquirido aqui nesta Casa, novos parceiros, novos aliados à nossa causa. Resistiremos, senhores vereadores, resistiremos a esses tempos de ódio, de ofensas, de celebração da tortura e da morte. Nós, da comunidade escolar da Escola Porto Alegre, não fugiremos à luta, lutaremos com braço forte contra todos aqueles que tentam impedir que a nossa Pátria seja, de fato, a mãe gentil de todos os filhos desta terra, inclusive daqueles que moram na rua. Afinal, todos nós queremos ter orgulho de ser brasileiros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A aluna Luana Gonçalves da Silva está com a palavra.

SRTA. LUANA GONÇAVES DA SILVA: Boa tarde, pessoal. Sou uma aluna do EPA. Eu chego na EPA às 7h, faço cerâmica, papel, educação física. A nossa escola não pode fechar nunca. A nossa escola é importante para nós, para todos os alunos e professores, a dona Jaque, a professora Maristela, o professor de educação física, o professor da cerâmica, a professora Vanessa, já foi minha professora da T1. Nunca fechar a nossa escola. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Luana, tu deste o teu recado, o quanto a escola é importante para vocês.

O Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, nossa Presidente; professor Everson; Jaqueline; todos os alunos da EPA que estão aqui presentes e acompanhando o final dos nossos trabalhos nesta tarde. Depois da exposição do Everson, falando dos 24 anos deste equipamento público que tenta conferir um mínimo de dignidade a pessoas que, muitas vezes, não têm os seus direitos respeitados. Não é nem a questão do acesso, mas é a questão da falta de respeito, da falta de consideração com uma parcela significativa da nossa população, porque são milhares de pessoas em situação de rua na nossa cidade, e isso deveria ser enfrentado com maior responsabilidade. A EPA tem poucas vagas, é uma escola pequena. Nós

deveríamos ter esse serviço ampliado, espalhado para outras regiões da cidade, não apenas na região central. Relembrando Darcy Ribeiro, que foi um militante de causas justas, lutar pelo direito dos indígenas, lutar pelo direito das pessoas pobres, dos negros e da educação, quando se fecham escolas, abrem-se presídios. E isso é lamentável. As pessoas que estão aqui estão reivindicando um direito básico à educação.

Senhoras e senhores, aqueles que, durante uma pequena parcela do seu tempo de vida, dedicaram-se ao estudo das coisas da educação sabem que cada público-alvo tem as suas necessidades e as suas particularidades. Não respeitar isso, colocando todos no mesmo patamar, supondo que todos tenham as mesmas condições de aprendizagem, é injusto, é indigno e, portanto, precisamos de escolas com particularidades especiais para pessoas diferentes. E a EPA é um equipamento público que precisa ser mantido, precisa ser ampliado até que nós, como sociedade organizada, possamos dizer que não existem mais, na nossa cidade de Porto Alegre, a capital dos gaúchos, pessoas em situação de rua. Enquanto isso acontecer, precisamos da EPA. Vida longa à EPA, que nós tenhamos não apenas mais 24 anos, mas toda existência, enquanto houver a necessidade do trabalho justo e digno. Eu vou fazer aqui uma saudação especial para o Everson, porque nos conhecemos de longa data, na época em que trabalhávamos em pré-vestibular, e trabalhamos em alguns juntos, e eu consegui perceber, desde que o Everson foi contratado pela Prefeitura de Porto Alegre, o carinho todo especial que ele dedica a essa escola. Não é algo simples, não é algo brando, é um amor, uma ternura profunda dedicada a uma causa extremamente digna e justa. Parabéns, Everson, parabéns a todos os meus colegas professores da Escola Porto Alegre, que tão dedicadamente levam as suas vidas e conduzem os seus trabalhos com essa população tão especial. Uma boa tarde, muito obrigado por fazerem parte desse nosso dia de trabalho. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Everson Pereira da Silva está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. EVERSON PEREIRA DA SILVA: Só me causa estranheza o painel aqui, que está todo verde, como se os vereadores estivessem presentes, mas eu não os vejo diante dos meus olhos. Eu gostaria de dizer que, se fosse no meu caderno de chamada, eles levariam falta.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

SR. EVERSON PEREIRA DA SILVA: Eu sei, mas não são todos que estão com o nome ali, registrado em verde. Eu colocaria falta. Aluno que sai antes da aula terminar leva falta. Desculpem, eu sou professor, é um vício.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu gostaria de deixar registrado aqui, professor Everson, Luana e Jaqueline, que eu escutei atentamente a sua fala. Professor é um mestre, eu sou dessa época. Quero lhe dizer que os 24 anos da EPA são extremamente importantes, tratando-se de uma população com tanta carência, com tanta necessidade, e nós temos aqui nesta Câmara, os 36 vereadores, a obrigação, o dever de não só apoiar a EPA, mas fazer mais EPAs em vários locais desta cidade, que é um espaço tão importante, é um direito básico de educação, de convivência, de dignidade, de interação. Então, como Presidente da Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul, eu me coloco à sua disposição, para ajudar dentro do que for necessário. Parabéns, principalmente parabéns pela sua fala, que demonstrou um misto de amor pelo que o senhor faz, com indignação, mas supercompreensiva. Parabéns!

SR. EVERSON PEREIRA DA SILVA: Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h38min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h39min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0414/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/19, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0231/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 109/19, de autoria do Ver. Paulo Brum, que obriga a realização do exame de sangue creatinofosfoquinase (CPK) na triagem neonatal da rede pública ou privada de saúde do Município de Porto Alegre e dá outras providências.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0382/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 173/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Milton dos Santos Martins o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Oito Mil, Oitocentos e Vinte e Sete, localizado no Bairro Restinga.

PROC. Nº 0411/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/19, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede a Comenda Porto do Sol ao jornalista Lauro José de Quadros.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Declaro encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h40min.)

* * * * *